O pensamento cooperativo de Antonio Sérgio e as correntes cooperativas francesas

Autor(es): Costa, Fernando Ferreira da

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45049>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_5-1_10

Accessed : 26-Apr-2023 13:01:07

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 5

Antônio Sérgio

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

O PENSAMENTO COOPERATIVO DE ANTONIO SÉRGIO E AS CORRENTES COOPERATIVAS FRANCESAS

Para uma melhor compreensão do pensamento cooperativo de António Sérgio, seria importante poderem reconstituir-se as influências que nele tiveram os teóricos cooperativistas franceses. Este trabalho estaria facilitado pelo cotejamento das anotações que Sérgio costumava fazer nos seus livros. Infelizmente mão ignóbel subtraiu da sua biblioteca quase todos os livros referentes ao cooperativismo, cujo registo havia sido feito, quando da entrega daquele espólio à Unicoope.

Têntemos no entanto elaborar uma hipótese baseada nos poucos dados conhecidos e no conteúdo dos escritos do nosso autor. Não resta a menor dúvida que o empenho de Sérgio na difusão do cooperativismo só se afirma depois do seu regresso de França em 1933. Durante os seis anos da sua estada em Paris, onde se refugiara após a gorada revolução de Fevereiro de 1927, Sérgio deparou com um dos pontos altos da doutrinação cooperativa naquele país: Charles Gide, que ainda era vivo (pois só viria a falecer em 1932), havia publicado os seus mais importantes trabalhos depois do célebre *Programa das Três Etapas* de 1889, de entre os quais ressaltam diversos estudos sobre o *Programa Cooperatista* (1924) e um trabalho sobre a *Escola de Nîmes* (1927).

Mas, mesmo antes de Gide ter terminado a arquitectura geral da sua obra, já dois dos seus discípulos se lhe antecipavam nas conclusões: Emest Poisson, secretário geral das cooperativas de consumo francesas, publicara em 1920 um no-

* Ex-Docente de Cooperativismo na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Assessor da Presidência do Conselho de Ministros, Incoop.

tável livro denominado *La Republique Cooperative*; e, Bernard Lavergne, professor da Faculdade de Direito de Lille (e um ano mais novo que Sérgio), que já em 1908 escrevera *Le Regime Cooperatif*, publica em 1927 *Les Régies Cooperatives* e, no ano seguinte, a *Philosophie et Avenir de L'Ordre Cooperatif*. Assim, as ideias de Gide, sintetizadas por Poisson e desenvolvidas por Lavergne, constituíam um conjunto por tal forma entretecido que se poderia considerar haver-se definido uma nova doutrina de reforma social.

De facto Gide no seu *Programa das Três Etapas* (que constituiu o discurso de abertura no IV Congresso Cooperativo Francês), considerou ser necessário percorrer três fases para se atingir a democracia económica. Numa primeira etapa as cooperativas de consumo agrupar-se-iam federativamente e acumulariam a maior parte possível dos seus excedentes por forma a poderem iniciar grandes operações de compra em comum e fundar armazéns grossistas. Ultrapassada esta fase, deveriam as cooperativas federadas aplicar os capitais resultantes da etapa anterior para tentarem produzir directamente tudo o que era necessário aos seus associados, criando padarias, moagens, manufacturas de tecidos e vestuário, fábricas de sapatos, chapéus, sabão, bolachas, etc. Numa última fase seria organizada a produção agrícola em função das necessidades dos consumidores.

Visava este programa eliminar dois males da economia capitalista: o lucro e o salariato. Contra estes aspectos negativos, e de acordo com a tradição proudhoniana, se empenharam as cooperativas francesas no alvor do nosso século, pelo que a doutrina exposta por Gide foi assumida como um roteiro de acção, resumido «em três palavras: numa primeira etapa fazer a conquista da indústria *comercial*; na segunda a da indústria *manufacturada*; na terceira a da indústria *agrícola*». Para se encontrar uma explicação para o amplo acolhimento do ideário gideano terão de procurar-se raízes mais longínquas nos esforços de outros militantes que, a pouco e pouco, foram criando as condições necessárias à sua audição. Na verdade, já vinte e cinco anos antes J. C. Fam afirmava no jornal britânico *The Co-operator* que a «primeira etapa da cooperação deve ser o comércio a retalho, a segunda o comércio grossista, a terceira a produção industrial, a quarta a terra, e a construção a quinta — mas, paro aqui com medo que os tímidos me perguntem assustados onde é que vou parar..... A esta questão deu Ernest Poisson uma resposta linear: «....se, em resumo, as cooperativas de consumo possuísem, dirigissem, organizassem e fizessem funcionar como um todo, o comércio grossista, a indústria, as finanças e a agri-

cultura... então encontrava-se constituída uma nova e completa sociedade económica, que chamaremos República Cooperativa».

Este projecto visava o fim do antagonismo entre as formas de produção e o modo de apropriação das riquezas, terminava com a desordem económica provocada pela ambição do lucro e, conseqüentemente, com os desperdícios da sociedade de consumo, promovendo uma utilização coerente das riquezas através da realização da propriedade social dos consumidores.

Se o programa estava pois estabelecido por Gide, e as suas consequências explanadas por Poisson, qual o papel desempenhado por Lavergne? Na esteira dos seus antecessores, o professor da Faculdade de Lille e posteriormente da de Paris, fundamenta o princípio da hegemonia dos consumidores e as bases da democracia económica, sem a qual, no seu entender, não seria possível a existência de um verdadeiro socialismo. Mas Lavergne interroga-se sobre o papel a desempenhar pelo Estado para a consecussão destes objectivos. Para tal estabelece os princípios filosóficos gerais de uma nova ordem económica (a ordem cooperativa), e as medidas adequadas para a intervenção estatal, entre as quais ressaltam as «régies cooperativas». No fundo a tese de Lavergne girava em torno da convicção de que era possível «socializar sem estatizar». Opondo o socialismo cooperativo ao socialismo de Estado, considera que «o cooperativismo não é outra coisa senão um socialismo eficaz, real e profundamente liberal». Vai mesmo mais longe ao considerar que «a ordem cooperativa é liberal e mesmo profundamente individualista pelos meios que emprega». Para ele o cooperativismo tinha conseguido genialmente combinar o princípio egocêntrico do individuo com os princípios altruístas que regem os organismos cooperativos. O segredo deste êxito, acrescenta, «consiste em se ter considerado o homem na qualidade de utente, e não na de produtor».

Apesar de Lavergne ser de todos estes doutrinadores o que mais se preocupou com o evoluir económico e social, (acelerado pelo advento da segunda guerra mundial), e de se ter colocado numa óptica mais científica, não reagiu com total serenidade às ideias expostas pelo médico francês Georges Fauquet, que depois de prestar serviços gratuitamente em diversas cooperativas parisienses passou a trabalhar, a partir de 1920, na Organização Internacional do Trabalho, em Genève. O seu *Ensaio sobre o lugar do homem e das instituições cooperativas na economia*, conhecido abreviadamente por *Le Secteur Cooperatif*, apareceu parcialmente a público sob a forma de um relatório apresentado no Instituto Internacio-

nal de Estudos Cooperativos, na sua sessão de Outubro de 1934. O impacto deste trabalho, que entretanto foi traduzido em diversos idiomas, levou o autor a acrescentar-lhe uma segunda parte complementar, tendo sido nessa forma publicado a partir de 1942 na Basileia, em Paris e em Bruxelas. Este ensaio não foi todavia bem acolhido pelos ortodoxos gideanos, visto que não só punha em causa a doutrina do primado dos consumidores, como obrigava a reflectir sobre o utopismo prospectivo dos seus antecessores.

Mas antes de analisarmos as razões mais aprofundadas deste impacto, voltemos ao apóstolo português do cooperativismo. Quando Sérgio regressou ao nosso país, em 1933, tinha conhecimento das posições de Gide, Poisson e Lavergne. Logo no ano seguinte, no seu ensaio *Democracia*, anuncia que o seu socialismo não é de Estado, mas um «socialismo cooperativista», e defende aí, pela primeira vez, a constituição de «régies cooperativas». A partir de então inicia a sua actividade apologetica, e, numa conferência depois publicada sob o título «Introdução ao actual programa cooperativista», avança com a tese, de inspiração gideana, de «que o cooperativismo, ampliado ao máximo, vem a ser a *única* solução possível dos problemas económicos do nosso tempo», e promove até ao fim daquela década traduções de Gide (1937 e 1939) e de Lavergne (1938). O empenhamento de Sérgio no ideal da República Cooperativa, culmina em 1948, quando, numa conferência proferida na Caixa Económica Operária em princípios daquele ano, anuncia este objectivo. Assim surgiram as *Confissões de um Cooperativista* que demarcam uma importante fase do pensamento sergiano.

A partir porém, da falhada tentativa de criação de uma Federação das cooperativas de consumo, apoiada pelo Conselho Central das Cooperativas (cujas sedes estavam localizadas nas instalações da referida Caixa Económica Operária), e do fracasso dos esforços para a eleição do General Norton de Matos em 1948, a expressão República ou Nação Cooperativa vai-se esbatendo gradualmente, sendo substituída pela de «Cooperativismo Integral». Dilucidemos acerca desta expressão. O Programa das Três Etapas, era um projecto federalista que previa a integração das cooperativas de consumo numa única via, a «ascendente». Só mais tarde, num dos seus últimos trabalhos, já próximo da década de sessenta, Sérgio viria a aceitar a integração «descendente» para as cooperativas de produção e de produtores individuais, organizados de forma a proverem ao escoamento directo dos seus produtos. No fundo o «Cooperativismo Integral» parecia identificar-se com o programa gideano das etapas, que por sua vez

conduzia à República Cooperativa. Havia no entanto uma «nuance»: enquanto o conceito de República ou Nação Cooperativa se aplicava a todo um povo, o de Cooperativismo Integral poderia funcionar mesmo que não se tivesse atingido um estágio cooperativo generalizado. Por outras palavras, Sérgio defendia que deveríamos avançar *já* para a estruturação do cooperativismo integral (*já*, não obstante a derrocada do salazarismo ir sofrendo sucessivos atrasos), sem todavia se abandonar o objectivo mais longínquo, resultante da sua generalização a toda a nação portuguesa. É nesta fase mais pragmática, orientada para objectivos concretos, que se insere o início da publicação do *Boletim Cooperativista* e a luta pela fundação da Unicoope que, como armazém abastecedor, constituiria a prevista primeira etapa.

A influência de Georges Fauquet na obra de Sérgio foi tardia, ou por que dela só tomasse conhecimento por meados da década de cinquenta, ou por que conhecendo-a antes, não entendeu necessário introduzir qualquer alteração no seu ideário. Mas a evolução da situação portuguesa começava a pôr em causa a tese da hegemonia dos consumidores. As cooperativas de produtores agrícolas ganhavam um incremento superior às de consumo e, em 1955, Sérgio viu-se forçado a «glosar» uma conferência de Henrique de Barros na qual este se considerava «adepto» mas não «fanático» do cooperativismo. Por detrás destas palavras, hoje distantes do seu significado mais profundo, transparecia uma posição diferente da de Sérgio: a de que é possível ser-se defensor do cooperativismo sem se aceitar a tese integrista, ou por outras palavras, de que o cooperativismo integral não contemplava toda a realidade portuguesa, nomeadamente a que resultava do desenvolvimento das cooperativas de produtores agrícolas. Convém aqui recordar que, quer J. C. Farn com as suas cinco fases, quer Gide com as suas três etapas, colocavam a cooperativização da agricultura numa ponta final, depois de consolidados os interesses dos consumidores. Mesmo mais: a cooperativização da actividade agrícola não seria organizada em função dos produtores rurais mas das associações de consumidores, que adquiririam domínios e quintas para produzirem directamente nas «suas» terras o conjunto de produtos constituintes da base alimentar. Sérgio colocava-se também nesta óptica mas, após a referida conferência de Henrique de Barros, sentiu a argucidade da questão levantada, o que é confirmado pelo teor da «Glosa» publicada no *Boletim Cooperativista*, embora nessa altura o assunto fulcral ficasse praticamente omitido.

No entanto viu-se na necessidade de acrescentar que ao «programa que nós propomos já se tem chamado *cooperati-*

vismo integral, e não rejeitamos a designação que lhe deram: endenda-se, porém, que o nosso cooperativismo é um cooperativismo integral *dentro do sector cooperativista*, e não no todo da Nação respectiva». E esclarecia ainda ser desejável «que não se seja forçado a lutar sob um regime capitalista, por não existir um sector cooperativo onde se possa gozar da paz económica». Surgia assim, em Novembro daquele ano, a primeira referência ao que viria a ser, cerca de dois anos mais tarde, apelidado de sector cooperativo completo, no qual Sérgio procura fazer uma síntese de eventuais contradições, embora afectando no mínimo possível as linhas mestras do seu pensamento. O ideal da República Cooperativa, projectado para um horizonte desejável embora mais distante, é transferido para dentro do sector cooperativo ficando provisoriamente contido entre os sectores público e privado, mas por forma a tornar possível «a um indivíduo que o queira, satisfazer todas as necessidades materiais e espirituais, sem ter de recorrer ao sector capitalista; quer dizer: viver em regime socialista, apesar de não serem socialistas o Estado e o país a que pertence». Enfim, o ideal da República Cooperativa mantinha-se quase intacto embora apenas aplicável a uma parte da nação: a que se encontrava vinculada ao Sector Cooperativo, desde que este fosse suficientemente completo para permitir uma existência socialista dentro de um Estado que o não seja.

Embora possa parecer que Sérgio não fez qualquer transigência na linha do seu pensamento, uma análise mais aprofundada demonstra não ser bem assim. Ao aceitar a coexistência das cooperativas de consumo e de utentes com as de produtores e de produção industrial e agrícola, Sérgio viu-se forçado a substituir a tese da integração em sentido único (prevista no cooperativismo integral), pela de três movimentos de integração simultâneos: um ascendente das cooperativas de consumo; e mais outros dois aplicáveis às cooperativas de produtores e às de produção, sendo um ascendente, próprio da via federativa e outro descendente, resultante do escoamento directo dos seus produtos. Mas esta transigência doutrinária contém três ressalvas. A primeira, é a de que só a cooperativa de consumo deve ser considerada como verdadeiramente revolucionária e «totalmente remodeladora do regime da sociedade, quanto levada ao seu máximo desenrolo», mantendo-se assim o princípio do primado dos consumidores. A segunda, consequência daquela, salienta que a integração ascendente das cooperativas de consumo persiste com o objectivo destas se ligarem «afastando pois o armazenista; e em seguida, numa segunda fase, congregarem-se numa Federação»

a partir da qual se passaria à produção de bens, significando que a tese das Três Etapas contida no Cooperativismo Integral não estaria posta de lado. Finalmente a terceira é, como vimos, que o sector cooperativo deve ser «completo», embrião da futura nação cooperativa.

Mas, em que ficamos então? Voltámos à teoria das Três Etapas tendo como objectivo a República Cooperativa? Apenas isto: Sérgio, face à realidade portuguesa demonstrada por Henrique de Barros e à evolução do cooperativismo europeu assinalado por Fauquet, acabou por abandonar o «exclusivismo» da hegemonia absoluta dos consumidores, sem contudo abdicar da essência da mesma teoria. Abra-se aqui um parêntesis para anotar que era a este exclusivismo (pouco sensível à realidade circundante), que Barros apodara de fanatismo cooperativo, tendo, como já referimos, a resposta de Sérgio ficando limitada às ilacções resultantes do termo aplicado. Mas, voltando à última fase do pensamento cooperativo sergiano, verifica-se que aquele ensaísta procurou manter sem grandes alterações as posições anteriormente assumidas, desenvolvendo uma teoria em círculos concêntricos: no núcleo encontra-se a noção revolucionária da cooperativa de consumo, sublinhando o primado dos consumidores; num segundo círculo a integração ascendente ou cooperativismo integral, aplicado àquelas cooperativas; na periferia o sector cooperativo cuja completude poderá torná-lo como que um gérmen da República Cooperativa, diferente no entanto da concebida por Poisson, por admitir, como que subsidiariamente, outros tipos de cooperativas colocadas quase ao lado de «pequenas unidades económicas» em que não se verificasse a «separação de capitalista e trabalhador».

Em reforço desta interpretação, vem a distinção de Sérgio entre «completude» e «extensão». A completude, quando plenamente atingida permite, pela diversidade de ramos industriais em que a actividade da Federação se manifesta «dar completa satisfação às necessidades de consumo dos cooperadores associados». A extensão, refere-se apenas à «percentagem maior ou menor, de todo o conjunto da produção nacional que é feita pelas cooperativas ou pela Federação». Noutros termos, se pela completude se pode atingir o cooperativismo integral, à medida que este se torna mais extenso é possível vislumbrar a realização da República Cooperativa. Tudo dependerá da «velocidade de propagação». No entanto, alerta Sérgio, é necessário distinguir na vida económica aquilo que é do que *deve ser*, cumprindo-nos o dever de concorrer *desde já* para a reforma da sociedade. Todavia, a devoção pela cons-

trução imediata não deveria nunca afastar-nos dos objectivos finais.

O impacto que, através de Sérgio, a exposição fauquetana dos sectores económicos teve no nosso país, (nomeadamente no texto constitucional quando Henrique de Barros era Presidente da Assembleia Constituinte), justifica que nos debrucemos um pouco mais sobre este assunto 0).

Na sua essência, a classificação e conteúdo dos quatro sectores têm um completo paralelo em ambos os autores: Fauquet, sintético e objectivo, Sérgio didáctico e normativo, e consequentemente mais prolixo. O nosso autor discorre acerca do antagonismo de interesses existente no sector capitalista (tema que também era caro a Lavergne), para depois salientar de como o mesmo se encontra atenuado no seio das pequenas unidades económicas e resolvido no sector cooperativo. Para que tal aconteça o sector cooperativo (onde admite coexistirem variadíssimos tipos de cooperativas) teria de estar estruturado. No cerne dessa interligação estaria a Federação das Cooperativas de Consumo, para a qual concorreriam não só as cooperativas de consumo, mas também as de produtores individuais como suas fornecedoras. Todavia, de acordo com a tese da integração vertical, seria a esta estrutura federativa que caberia a criação de fábricas, o cultivo e exploração de granjas, a actividade creditícia, etc., competindo-lhe, portanto, um papel essencial na coordenação das diversas actividades do sector.

No que se refere ao sector público ambos os textos têm conteúdo semelhante. Mas talvez surpreenda que Sérgio, admirador e adepto do municipalismo de Herculano, tenha aceite que as empresas de economia social geridas pelas autarquias locais ficassem incorporadas, sem ressalva, num sector de economia estatizada. Fauquet, atendendo possivelmente à situação por vezes complexa das «régies cooperativas», deu menos rigidez à redacção do seu texto ao referir que o sector público poderia *eventualmente* abarcar «unidades» secundárias promovidas pelas municipalidades.

Está obviamente fora de causa o apreço de Sérgio pela via descentralizadora, fundamental para uma «democracia genuína», dado que sempre apelou para a «ordeira iniciativa do povo (na cooperativa, no sindicato e no município)», por ele considerada caminho para as «reformas de carácter social para a emancipação económica dos trabalhadores portugueses». Mas não teria talvez existido um relativo conflito entre a or-

todo a cooperação de Sérgio, de inspiração francesa, e a tradição associativista portuguesa que ele também pretendia assumir? Por que razão se refere algumas vezes a Gide e Lavergne, e nunca a Silvestre Pinheiro Ferreira, a Sousa Brandão, a Costa Goodolphim, a Frederico Laranjo ou a Emídio da Silva? Sem pretender aprofundar aqui o tema, que não cabe nos limites deste escrito, convém todavia sublinhar o essencial: enquanto os referidos associativistas apontam para o desenvolvimento de um sector de economia social amplo, de produtores e de utentes (incluindo as cooperativas, mas não se limitando a estas), Sérgio acentuou por tal forma a tónica cooperativa que deixou na obscuridade as outras formas tradicionais, como as misericórdias, as mútuas, ou as associações de diversos tipos.

Em Lavergne encontramos uma posição diferente, pois foi de certo modo a sua investigação acerca de outras formas tradicionais de índole cooperativa que o conduziu à definição de «régie cooperativa». Daí que este autor tivesse anotado que «por muito interessante que seja a classificação dos sectores económicos proposta pelo dr. Fauquet no seu pequeno livro *O Sector Cooperativo*, não deixa de poder ser criticada ou mesmo preterida por outras».

De facto, em qual dos quatro sectores definidos por Sérgio se poderiam integrar as mútuas de pescadores, as mútuas de gado, as associações de regantes, as de socorros mútuos, ou mesmo as empresas em auto-gestão? No sector das «pequenas unidades económicas» ao lado dos alfaiates, sapateiros, serralheiros e caldeireiros? Mais prudente parece ter sido, em todo o caso, Fauquet ao abarcar «todas as formas de cooperação» no sector cooperativo, sem se referir concretamente às cooperativas. Na sua opinião as «instituições cooperativas são aparentadas com todas as formas de associação popular, quer pela suas origens, quer pelo meio e classe social onde nasceram e se desenvolveram», acrescentando que todas elas traduzem «o mesmo esforço de defesa, de promoção e de emancipação, embora usando os métodos que são próprios aos diversos tipos de organização».

Mas apesar deste esclarecimento, não foi concebido um sector de economia social, o que veio a ter consequências nefastas na nossa Constituição. De facto, após a Constituição de 1976 ter considerado que as organizações de propriedade social tenderiam a ser predominantes, são criados três sectores onde estas só cabem o mais dispersamente possível. Por muito estranho que pareça, as unidades de produção, com a posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores, estão integradas no sector público, bem assim como as organizações

pertencentes às comunidades locais. O sector privado, ao lado das grandes sociedades anónimas acomoda as mútuas, as associações de regantes, as empresas em auto-gestão, etc. O sector cooperativo vê escaparem-se-lhe, entre muitas outras, todas as cooperativas agrícolas de produção integral cujas lavras se efectivem em terrenos de comunidades ou de entidades públicas. Em resumo, uma economia social que sendo classificada de «predominante» não tem sector próprio; e uma Constituição que considerando-se «de transição para o socialismo» organiza os sectores de actividade económica em função do critério da «propriedade».

Mas, não é objectivo deste trabalho fazer uma análise crítica do texto constitucional, cujas condicionantes são conhecidas, e em que o recurso a possíveis consensos não evitou entorses notórias. Pena é que na revisão de 1982, e não obstante os estudos suscitados por aquela questão, não tivessem sido ultrapassadas tais contradições.

O certo é que, graças à combatividade de Sérgio, o cooperativismo foi colocado ao nível dos grandes problemas nacionais. No plano geral da economia pátria via ele um Congresso Económico do Povo, composto por duas assembleias: a dos consumidores (através das cooperativas de consumo e suas estruturas federativas) e a dos trabalhadores (através de associações sindicais livres). Caberia a este Congresso eleger um Conselho Económico, elemento fundamental na elaboração do Plano económico para o país. De toda esta orgânica ressaltam claros os seus objectivos: o traço comum a toda a grei, dado pela condição consumidora, estaria presente através de associações cooperativas livremente participadas; mas os que contribuíam para a criação da riqueza, os trabalhadores, teriam de estar igualmente presentes, acautelando os seus direitos, só pautados pelo interesse genérico da comunidade.

Esta concepção de democracia directa, participada e verdadeiramente popular, tinha, essa sim, raízes na tradição portuguesa, sempre eivada de um certo sabor anarquizante. Para Sérgio resultava claro que o cooperativismo consubstanciava a marcha para a emancipação da grei, «a grata substituição da supremacia do Estado pelo governo da economia pelo próprio povo ou por legítimos representantes desse mesmo povo». Enfim um socialismo libertário que se transformava em libertador: libertário na concepção, libertador pela exigência de participação consentida. Daí que, a difusão do cooperativismo não poderia ficar contida na sua apologia, por exigir um esforço de pedagógica doutrinação do povo, constituindo uma verdadeira demopédia. Mesmo para quem rejeite o coopera-

tivismo integral como meta económico-social, é-lhe difícil não deixar de reter todos os valores morais que estão na base do cooperativismo sergiano, nem deixar de admirar a determinação deste grande pioneiro. «Para além da esfera da cooperativa isolada» dizia ele, «vi sempre o sistema cooperativista, o programa cooperativista, a república cooperativista, a nação cooperativista, — ou, por enquanto, o sector cooperativo nacional». Que fé inabalável: *por enquanto!* Nem as limitações de um regime repressivo, nem as desilusões de falhadas tentativas revolucionárias, pareciam afectar a sua profunda aspiração. Um sector cooperativo, sim, mas por enquanto.

Apesar de ter claramente assumido a herança gideana, a visão globalizante de Sérgio afasta-se, no entanto, dos grandes mestres cooperatistas franceses na medida em que a sua doutrina também se entronca na tradição cultural portuguesa de oitocentos. Na verdade, enquanto António Sérgio se situa na linha do socialismo anterior, Charles Gide travou-se de razões com os socialistas franceses até ser proclamado o «Pacto da Unidade» em 1912, em que a doutrina do primado dos consumidores pareceu sair vencedora. Mas a polémica tinha sido demasiado funda entre o «socialismo vivo e flexível» de Jean Jaurès, expendido no editorial da sua *Pequena República Socialista* (defensor da coexistência de uma economia pública e de serviços socializados), e a orientação da Escola de Nîmes, que preconizava um progressivo alargamento das associações voluntárias de economia social, minimizando o papel interventor do Estado.

A ausência de um Partido Socialista em Portugal permitiu a Sérgio tornear a dificuldade, na medida em que ele próprio se assumiu como doutrinador do socialismo «libertário». Entendendo que nunca se deve confundir «as Nações com os Governos, os Povos com os Estados», o nosso ensaísta esclarece que «a incorporação da Nação no Estado é que é para nós, democratas, a maior das monstruosidades. O Estado, na nossa doutrina, deve ser uma associação como outra qualquer, e de natureza essencialmente caduca». Daí que, como corolário, defendesse um «colectivismo, porém sem *estatismo*; feito pela iniciativa dos consumidores, *fora do Estado*, se bem que auxiliado pelo mesmo Estado». Esta tese de cariz proudhoniano, entroncara ele no pensamento do autor de *O Socialismo e a moral* ao afirmar: «Antero é inimigo, como Proudhon, do Estado unitário e centralizado, e foi Proudhon que tomou a tese do federalismo político e económico. A socialização, consoante esta tese, não deverá realizar-se pelo poder do Estado, mas ser buscada de uma maneira imediata pela federação económica dos produtores (o cooperativismo acen-

tua pelo contrário, a federação económica dos consumidores)». É pois neste sentido que Sérgio vai construir o seu conceito de «sociedade nova» no pressuposto de que o «Estado minguará.... aos poucos, por si mesmo, à medida que a Cooperativa se desenvolver». Por outras palavras, entende o nosso autor que o cooperativismo se desenvolverá dentro da sociedade capitalista até a absorver, tal como o capitalismo nasceu dentro da matriz feudal e se tornara dominante. Daí, considerar «a democracia e o socialismo puros como metas de um movimento que se há-de realizar por etapas». Assim, a democracia política deveria ser completada pela «aplicação do ideal democrático no campo da administração da vida económica». Cooperativismo e democracia política seriam «duas paralelas aplicações — uma económica e política outra— dos mesmos princípios fundamentais». Nesta óptica, sem o cooperativismo não estaria completa a verdadeira democracia, tornando-se necessário passar «da democracia política (imperfeitissimamente realizada) para uma forma superior deste mesmo regime; e, pela acção do povo nas cooperativas, para a democracia económica».

Para Sérgio, o cooperativismo é simultaneamente uma «via» e uma «forma» de socialismo, é um fim em si mesmo, embora, pela sua progressiva evolução, possa ser considerado como «instrumento de emancipação dos homens». Não pode entender-se o cooperativismo sergiano desintegrado da sua visão globalizante do socialismo libertário. Um socialismo que, na esteira de Antero, deva ser «em primeiro lugar, a feição de encarar as questões económicas de um ponto de vista essencialmente moral, e de basear o progresso no esforço moral; em segundo, a do amor da liberdade e da iniciativa do indivíduo, como o socialismo proudhoniano que é, fundado no conceito da federação dos grupos (tanto políticos como económicos) e da gradual efectuação do colectivismo pela foderação agrícola e industrial; em terceiro, a de que busca realizar-se por meios pacíficos; e em quarto, finalmente, a de que o podemos considerar como aplicação — ou corolário— de concepções religiosas e cristãs». É acrescenta logo de seguida que ocorre «semelhança no socialismo cooperativista (que é o meu), movimento de reforma moral e social que serve como principal instrumento das necessidades dos homens». A fundamentação moralista de António Sérgio impele-o para um socialismo de *consciência*, de «auto-refreamento e de disciplina interior». E aqui a pedagogia sergiana interliga-se com os seus propósitos sociais, na medida em que serve um pensamento socialista. Do «auto-refreamento» à «disciplina consentida», estrutura-se a sua revolução económico-pedagó-

gica conducente ao *self-governement* e à participação activa. Em Sérgio tudo está interligado num pressuposto globalizante. A Escola activa prepara o cidadão, a cooperativa constrói o socialismo. O seu método do Município-Escola, permitindo simular as condições da existência social, cria, simultaneamente, a aspiração a uma nova democracia participada. As cooperativas Escolares e o Município-Escola (assimilado da mais lídima tradição herculaneana), têm a sua contrapartida no projecto social de Sérgio onde a descentralização e o associativismo se interpenetram. «A descentralização», dizia ele, «restituindo à província e às forças locais as funções e os direitos que lhes arrebatarem, ou de que abdicaram pela sua cegueira, apelando fortemente para a iniciativa dos homens,— é que pode combater de maneira eficaz o parasitismo burocrático cada vez maior, chamar as vontades e os capitais para a faina, e restabelecer o equilíbrio da economia». Para além da convicção de que a componente descentralizadora do seu projecto social estimula a iniciativa e a participação, ressalta a desconfiança no parasitismo burocrático: «a administração pelo Estado é sempre má», dizia ele noutro escrito. Enfim, conclui, que «o Estado nos ajude a fazer o socialismo — muito bem; que o faça ele próprio — não».

O socialismo de Sérgio não se pode, por tudo isto, confundir com outras orientações socialistas. Os fins que se propõe o cooperativismo «são idênticos aos de todas as demais escolas socialistas: a socialização dos meios de produção e de troca; os *meios* é que divergem, porque o cooperativismo, inimigo do estatismo *em todos os momentos*, repele a ideia de se apoderar do Estado (pela revolução ou pelo voto) e deseja instituir o socialismo pela plena liberdade e pela iniciativa individual». Porquê este receio do Estado? Sérgio nega, «em primeiro lugar, que o Estado tenha poder criador, que ele possa dar aos trabalhadores, de um instante para o outro, a capacidade de dirigir a vida industrial e comercial: essa capacidade adquirem-na eles só pela prática da cooperativa»;«em segundo lugar, sabemos que a posse do Estado e dos seus meios de coerção oblitera nos governantes as virtudes de iniciativa, o sentimento democrático, quando é o Estado que actua em vez deles». Sérgio deseja pois a socialização dos meios de produção e de troca sem recurso à autoridade do Estado, e daí a fórmula: «socialização sem estatismo», contida no seu socialismo libertário.

Dado que Sérgio não aceita a ideia da conquista do Estado, quer pela revolução quer pelo voto, que caminho lhe resta? «Sempre considere a acção política, escreveu ele na revista *Seara Nova*, «como simples instrumento da acção pe-

dagógica». E aqui a sua pedagogia transforma-se em «dempedia»: em lugar de «tender a presentear o povo com um socialismo de Estado prematuro, impunha-se sim o elevar ao máximo o seu nível intelectual e económico». Em suma, para o nosso pedagogo-sociólogo, não basta mudar as *formas* da sociedade, é necessário ir mais fundo pela *reforma da mentalidade*. Visava essa reforma a preparação de um homem novo que ele simboliza no Terceiro Homem, libertário, auto-disciplinado e reformador. É esse homem (o «que deveria vir», «o que nos convém que apareça»), a quem competirá uma «remodelação de fundura», a construção de uma sociedade nova.

Ora para Sérgio, uma das virtualidades do cooperativismo consiste no facto de, em qualquer fase do respectivo desenvolvimento, permitir a prática de uma escola activa e o exercício da gestão democrática, transformando-se assim num exemplo reprodutivo da democracia directa. Por isso, no seu ensaio sobre o carácter do socialismo de Antero, anota que «o alvo que ele visava era uma remodelação de fundura, ainda que não visse com nitidez bastante os meios adequados para lá chegar».

Torna-se difícil extrair do pensamento globalizante de Sérgio uma visão esquemática do seu projecto de sociedade alternativa. Toda a esquematização é empobrecedora, especialmente no caso vertente em que uma profunda forma dilucidativa é servida por um estilo altíssimo e por vezes poético. Correndo esse risco, não resistimos a sublinhar o que nos parecem ser as principais vertentes da sua sociedade futura. Em primeiro lugar, a antevisão de uma *nova democracia participativa* realizada a partir de cooperativas ou outras organizações populares de base. Em segundo lugar, a *descentralização*, concretizada na intercooperação ao nível regional de cooperativas, associações e municípios. Em terceiro lugar a *reconstituição da escala humana na economia*, hoje obliterada por um «progresso» traduzido num crescimento quantitativo, desmotivador de um desenvolvimento harmónico. Finalmente, a valorização de um novo tipo de propriedade fundamentada nos interesses comuns dos trabalhadores e entrelaçada na conjuntura regional aonde se encontra inserida e que, não sendo estatizada nem tão pouco privada, adquire a nova forma de *propriedade social*.

TEORIA DOS SECTORES

GEORGES FAUQUET

- a) *Sector público*, abarcando todas as empresas onde o Estado e eventualmente as unidades secundárias de direito público (municipalidades, etc.) assumem a gestão directamente ou por delegação. Ao mesmo sector pertencem ainda os órgãos pelos quais o Poder Central visa exercer a direcção geral da economia ou de alguns dos seus ramos;
- b) *Sector capitalista*, abarcando todas as empresas onde o domínio pertence ao capital privado, que suporta os riscos e retira os lucros;
- c) *Sector propriamente privado*, abarcando as unidades ou actividades não capitalistas de economia doméstica, rural e artesanal;
- d) *Sector cooperativo*, abarcando todas as formas de cooperação já ligadas ou tendendo a ligar-se entre si, moral e economicamente.

ANTÓNIO SÉRGIO

O sector da economia a que se chama *público*, constituído por empresas cuja função de gerência é assumida pelo Estado ou por algum município (directamente ou por delegação) e por vários órgãos pelos quais o Estado exerce a direcção da actividade económica, ou de alguns dos ramos da actividade económica, amparando, pela sua intervenção, o capitalismo de monopólio que domina actualmente;

O sector *capitalista*, onde se topa a existência de uma distinção de classes: a que ocorre entre o simples assalariado operário, homem *destituído* de capital, e o indivíduo estritamente capitalista, que auffer réditos para que não trabalha mas que suporta os riscos do empreendimento económico e se atribui os lucros que dele se originam. Existe aí antagonismo de interesses: entre os produtores de um determinado artigo, entre os operários e os patrões respectivos, entre os vendedores e os compradores que lhes compram, entre os senhores e os inquilinos das casas, entre os prestamistas e os tomadores de empréstimos;

O sector das *pequenas unidades económicas*, sem separação de capitalista e de trabalhador, como as dos pequenos proprietários agrícolas cujos modestos agros são cultivados por eles próprios, por pessoas da família; como as constituídas pelos denominados artesãos, pequenos

alfaiates, pequenos sapateiros, simples serralheiros e caldeiros, pequenos fabricantes de instrumentos agrícolas, etc.); e enfim as famílias, na medida em que produzem para seu próprio consumo (conservas, enchidos, vestuário, etc.);

O sector *cooperativo*, finalmente, que compreende as cooperativas dos variadíssimos tipos (de consumo, de habitação colectiva, de produtores individuais para transacções em comum, de habitação, de crédito, de seguro, de parcelamento de latifúndios, de incorporações de propriedades mínimas, etc.), as quais se deverão ir ligando entre si, de modo que as sociedades cooperativas de consumo se unam para se dedicarem à produção e ao crédito, e que os produtores das pequeninas unidades económicas (do sector precedente), unidos em cooperativas de produtores individuais, se constituam fornecedores das cooperativas de consumo e se forneçam dos bens necessários à produção nas fábricas da Federação das Cooperativas de Consumo, ou em suas próprias fábricas.

Chegadas as coisas a este último ponto (munida a Federação das Cooperativas de Consumo de fábricas, de granjas, de escolas e de um banco, fornecendo bens de produção às várias pequenas unidades, vinculadas estas pequenas unidades em cooperativas de produtores para transacções em comum e escoando-se para as uniões abastecedoras das cooperativas a produção das pequenas unidades económicas ligadas em cooperativas de transacções em comum), o sector inicial de natureza cooperativa e o sector das pequenas unidades económicas encontram-se perfeitamente coordenadas entre si, passando a constituir um sector único cooperativo, em nítida oposição ao sector capitalista, e procurando estender-se como um leque que se desdobra, à custa da área do sector capitalista.

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

O sector público é constituído pelos bens e unidades de produção colectivizados sob os seguintes modos sociais de gestão:

- a) Bens e unidades de produção geridos pelo Estado e por outras pessoas colectivas públicas;
- b) Bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores;
- c) Bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais.

O sector privado é constituído pelos bens e unidades de produção não compreendidos nos números anteriores.

O sector cooperativo é constituído pelos bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos.

O pensamento cooperativo

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1982

O sector público é constituído pelos bens e unidades de produção pertencentes a entidades públicas ou a comunidades, sob os seguintes modos sociais de gestão:

- a) Bens e unidades de produção geridos pelo Estado e por outras pessoas colectivas públicas;
- b) Bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores;
- c) Bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais.

O sector privado é constituído pelos bens e unidades de produção cuja propriedade ou gestão pertençam a pessoas singulares ou colectivas privadas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

O *sector cooperativo* é constituído pelos bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos.